

ARTE E CULTURA:



Produção, Difusão e Reapropriação

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

ARTE E CULTURA:

Produção, Difusão e Reapropriação

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenología & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arte e cultura: produção, difusão e reapropriação 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A786 Arte e cultura: produção, difusão e reapropriação 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. - Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-154-8

DOI 10.22533/at.ed.548211006

1. Arte. 2. Cultura. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 306.47

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As relações entre o conhecimento artístico ou estético e o conhecimento científico sempre existiram, do ponto de vista das produções simbólicas do homem. Já haviam, antes da criação de um método científico, surgido de uma visão racionalista e empirista, os modos de conhecimento se pautavam em explicações que acalentavam as inquietações humanas, a exemplo temos o conhecimento mítico, o filosófico e o artístico.

O mítico, que beira o religioso se baseava principalmente em explicações exteriores e anteriores à construção do homem, mas se baseando nos aspectos mais intrigantes do imaginário humano e se perfazendo em torno da construção própria do destino.

O filosófico partia, em parte da observação e do questionamento sempre presente sobre as atitudes e emoções humanas. E, por fim, o artístico, sendo influenciado por ambos os anteriores, representava numa espécie de mimese o que era colhido nas entranhas humanas.

Nesse aspecto, o vínculo entre os três modos de conhecer era responsável pela evolução de cada um, onde o constante diálogo e interação entre eles inspiravam constantemente um ao outro.

Surge então, pelas guinadas da lógica e na evolução do racionalismo, o estabelecimento do método científico pautado na experimentação e delimitação precisa dos caminhos para a aquisição do conhecimento.

Onde havia um espaço aberto à colaboração, se restringe às premissas de um seleto grupo que por algum tempo definem o que pode ser considerado científico ou não.

No entanto, essas barreiras entre o científico e o artístico estão novamente mescladas e as discussões sobre o fazer científico num viés artístico se encontram cada vez mais presentes na atualidade.

Pensando nisso, a coletânea *Arte e Cultura: Produção, Difusão e Reapropriação*, em seu segundo volume, reúne vinte artigos que abordam algumas pesquisas envolvendo a interseção entre arte e cultura.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA ARTE NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES	
Flora Pereira Flor	
DOI 10.22533/at.ed.5482110061	
CAPÍTULO 2	12
<i>SERMÕES EM PALIMPSESTOS</i> , PARA FLAUTA E SONS ELETRÔNICOS: ASPECTOS COMPOSICIONAIS, ACÚSTICOS E PERFORMÁTICOS	
Rodrigo Manoel Frade	
Felipe Mendes de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.5482110062	
CAPÍTULO 3	23
HÁ QUE SE LER A POÉTICA PARA SE ENTENDER A POLÍTICA	
Dinah de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5482110063	
CAPÍTULO 4	36
SISTEMA DE GESTÃO PARA PROJETOS INTEGRADORES	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier	
Seila Cibele Sitta Preto	
DOI 10.22533/at.ed.5482110064	
CAPÍTULO 5	48
O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MÚSICA NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
Beatriz Paulino Pereira	
Vania Malagutti	
DOI 10.22533/at.ed.5482110065	
CAPÍTULO 6	59
MÚSICA, VOLUNTARIADO E INTERGERACIONALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Estela Kohlrausch	
Johannes Doll	
DOI 10.22533/at.ed.5482110066	
CAPÍTULO 7	70
FERRAMENTAS PARA LER, COMPREENDER E INTERPRETAR O <i>CALENDÁRIO DO SOM</i> DE HERMETO PASCOAL	
Ewerton Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5482110067	

CAPÍTULO 8	81
ARTE PARTICIPATIVA E PROPOSIÇÕES SISTÊMICAS: PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÕES ACADÊMICAS	
Adriana Gomes de Oliveira Helena Martins de Lacerda Laura Campos Daibert	
DOI 10.22533/at.ed.5482110068	
CAPÍTULO 9	102
AS DESENHAÇÕES COMO POTÊNCIA METODOLÓGICA NA PRÁTICA DOCENTE: EXPANDINDO OS LIMITES TERRITORIAIS DO QUINTAL	
Taliane Graff Tomita	
DOI 10.22533/at.ed.5482110069	
CAPÍTULO 10	116
DIVERSIDADE NA ESCOLA: OS DESAFIOS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	
Ana Beatriz Barreira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.54821100610	
CAPÍTULO 11	130
METODOLOGIA INTEGRATIVA CRIATIVA EM ARTE	
Ana Amélia de Araújo Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.54821100611	
CAPÍTULO 12	139
AS ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO MUSICAL PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PONTO DE CULTURA JOVENS PESQUISADORES	
Dálete Lima de Souza Érika de Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54821100612	
CAPÍTULO 13	151
O ENSINO DA MÚSICA E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS EM PORTUGAL	
João Guimarães Ribeiro Antônio José Pacheco Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.54821100613	
CAPÍTULO 14	165
O ENSINO DE ARTES VISUAIS PARA TERCEIRA IDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM RELEITURAS DA MONA LISA	
Rosali Henriques	
DOI 10.22533/at.ed.54821100614	
CAPÍTULO 15	178
O ENSINO DE REGÊNCIA EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA POPULAR:	

PENSANDO OS DISCURSOS Armando de Araujo Ferreira DOI 10.22533/at.ed.54821100615	
CAPÍTULO 16	189
PROJETO SOCIAL E ENSINO DE MÚSICA: OLHAR DOS ALUNOS E DO PROFESSOR EM UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA Livia Figueiredo de Alencar e Silva DOI 10.22533/at.ed.54821100616	
CAPÍTULO 17	197
A EDUCAÇÃO MUSICAL EM UMA ESCOLA RURAL: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA (TRANS)FORMADORA Igor Viana Monteiro DOI 10.22533/at.ed.54821100617	
CAPÍTULO 18	207
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO MUSICAL E ARTES: DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES DA MUSICALIDADE NAS AULAS DE ARTE EM CAUCAIA/CE NO INÍCIO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL ATRAVÉS DO YOUTUBE Daniel do Nascimento Sombra Israel Kleber de Oliveira Teó ilo DOI 10.22533/at.ed.54821100618	
CAPÍTULO 19	219
A LEGISLAÇÃO E O ENSINO DE MÚSICA Jayza Monteiro Almeida DOI 10.22533/at.ed.54821100619	
CAPÍTULO 20	231
APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA ATRAVÉS DE ESTÁGIO EM PROJETO SOCIAL Yndira Gabriela Fleitas Villarroel Rita de Cássia Domingues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.54821100620	
SOBRE O ORGANIZADOR	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

CAPÍTULO 10

DIVERSIDADE NA ESCOLA: OS DESAFIOS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Data de aceite: 01/06/2021

Ana Beatriz Barreira Leite

Graduada em Licenciatura em Artes Cênicas,
IFTO – Campus Gurupi

RESUMO: O Brasil é um país com uma enorme miscigenação, mas, apesar das diferenças raciais existentes no território brasileiro, apenas em 2003 foi sancionada a primeira lei que garantia que o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira fosse obrigatório dentro das instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. O presente trabalho teve como objetivo pesquisar acerca do ensino da história e cultura afro-brasileira dentro das escolas, utilizando como base a Escola Dr. Ulisses Guimarães no município de Gurupi no Tocantins. A pesquisa busca perceber como a escola aborda a temática e como os alunos absorvem o assunto. O trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas que abordam o tema da discussão e com uma breve entrevista com o diretor da unidade escolar em questão, para conhecermos o projeto e as ações que são realizadas ao decorrer do desenvolvimento do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura afro-brasileira, Diversidade cultural, História africana, Negros, Prática pedagógica.

SCHOOL DIVERSITY: THE CHALLENGES OF TEACHING AFRO-BRAZILIAN CULTURE

ABSTRACT: Brazil is a country of enormous miscegenation, but, in spite of the racial differences existing in the Brazilian territory, it was only in 2003 that the first law that ensured that the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture was mandatory within the institutions of both public and private. The present work aimed to research about the teaching of Afro-Brazilian history and culture within schools, using as basis the School Dr. Ulisses Guimarães in the municipality of Gurupi in Tocantins. The research seeks to understand how the school approaches the theme and how students absorb the subject. The work was carried out based on bibliographic researches that approach the topic of discussion and with a brief interview with the director of the school unit in question, to get to know the project and the actions that are carried out during its development.

KEYWORDS: Afro-Brazilian culture, Cultural diversity, African history, Black people, Pedagogical practice.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas nota-se a criação de ações para a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas do país, em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto particulares, isso se deve a criação das Leis n. 10.639/2003

e 11.645/2008 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), transformando assim, o assunto em uma política de Estado. Entretanto essas ações ainda não tomaram o alcance que deveriam, mostrando-se, ainda, no seu processo inicial.

É perceptível a importância de se trabalhar a diversidade cultural dentro das escolas, uma vez que ela é o resultado de uma ação coletiva realizada pelo homem para relatar o momento histórico ao qual pertence. Os discentes precisam, acima de tudo, se sentirem incluídos na cultura e ao mesmo tempo compreender a existência de outras culturas para aprender a respeitar as diferenças entre as mesmas.

O ensino de história e cultura africana e indígena dentro das escolas se faz necessária para garantir a valorização destes povos que tanto contribuíram para a formação da diversidade do nosso país, logo, é papel de todo educador, dentro e fora do processo de ensino, trabalhar esta importância para ajudar a luta contra o preconceito, a discriminação e a intolerância racial existente no Brasil.

O presente trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, que abordasse, tanto a história dos africanos e afro-brasileiros no país, de acordo com a Lei nº 10.639/03 que apresenta o tema da discussão levantado. A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratória/descritiva. A mesma visa discutir a aplicabilidade da Lei nº 11.645/08 dentro da Escola Dr. Ulisses Guimarães, escola da rede municipal de ensino da cidade de Gurupi, Tocantins, a fim de conhecer os projetos dentro desta escola que abordam essa temática, como eles são realizados e qual a reação dos discentes e da comunidade em geral sobre eles. Sabe-se que a lei 11.645/08 também incluí os povos indígenas neste contexto, todavia este trabalho escolheu como recorte a questão afrobrasileira e africana.

2 | REVISÃO HISTÓRICA

No Brasil, desde os tempos coloniais, os povos africanos são escravizados pelos portugueses que necessitavam de mão de obra nos engenhos de cana-de-açúcar e nas grandes plantações da época. Esse grande número de negros trazidos para o Brasil, além da vinda de povos de outros países e dos povos originários que aqui já estavam, resultaram, mais tarde, em uma grande miscigenação que compõe o povo brasileiro. Deve-se a isto também a enorme e rica diversidade cultural, pois, os africanos carregaram consigo as suas crenças e práticas e, apesar de todas as dificuldades advindas da escravidão, o povo africano nunca abandonou seus costumes e religião, costumes estes que se fortaleceram e prevaleceram até os dias de hoje.

Miguel Lima (2010, pg. 03) afirma que podemos definir que, no Brasil “a cultura que cerca seus habitantes é uma herança social provinda dos portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros”. A cultura africana no território nacional é muito forte e marcante devido a sua história carregada de dor, sofrimento e preconceitos, esses seguem enraizados até os dias atuais. Mesmo com todos os obstáculos sobrepostos, os africanos não deixaram sua

cultura desaparecer, mesmo que escondidos eles continuaram a praticar seus ritos, festas e manifestações artísticas.

Dessa forma, a cultura afro-brasileira se firmou e foi a vertente cultural que deixou marcas mais profundas e é ela que, praticamente, toma conta do país. No entanto, José Clécio Silva e Souza (2018) ressalta que apesar de toda essa influência, tem-se muito pouco conhecimento em relação ao continente africano e a sua cultura, bem como da sua contribuição para a cultura brasileira.

A força e a influência da cultura que os africanos reconstruíram em terras brasileiras são inegáveis. No entanto, até pouco tempo atrás essas contribuições culturais não eram reconhecidas ou valorizadas; quando eram, remetiam a uma situação de diferença entre negros e brancos, porque eram pensadas em termos raciais. (SOUZA, 2018, pg. 01)

O ensino da história e cultura africana e indígena dentro das escolas, muitas vezes, se dá somente pelo tema da escravidão, esse tema está intimamente atribuído às condições de trabalho, logo, uma palavra necessita da outra para coexistir. Mas a abordagem dessa palavra dentro das escolas é feita de forma equivocada, uma vez que não existem escravos, mas sim, pessoas que foram escravizadas. O uso desse termo tende a naturalizar essa condição às pessoas e trazer um pensamento de que o mesmo é próprio da natureza humana.

Trabalhar a história e cultura africana e indígena dentro das escolas é de suma importância para que os educandos conheçam e compreendam um pouco mais sobre a história do Brasil e, de como os elementos afro-brasileiros compõem a mesma. É preciso trabalhar para que estes elementos deixem de ser “invisíveis” e passem a fazer parte do currículo escolar, uma vez que os africanos foram peças fundamentais para a formação do país e da diversidade cultural e racial existente nele.

Abordar tal assunto instigará os discentes a conhecerem e se aprofundarem mais em sua própria história, visto que, de acordo com a Agência de Notícias do IBGE (2017) entre os anos de 2012 e 2016 a porcentagem de brancos no país passou de 46,6% para 44,2%, por outro lado a participação de pardos aumentou de 45,3% para 46,7% e a de auto-declarado pretos passou de 7,4% para 8,2%. Para o Estatuto da Igualdade Racial, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, consideram-se negros “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010), a partir disso podemos agrupar os auto-declarados pretos e pardos em um mesmo grupo.

Muitas das vertentes culturais presentes no país tem como base principal elementos pertencentes à cultura de matriz africana, tais como: o samba, o axé, o funk. Os traços da cultura afro-brasileira se fazem presentes também na televisão, no cinema, no carnaval, dentre outras que se tornaram práticas populares e hoje em dia ganharam

ampla visibilidade. Trabalhá-las dentro das salas de aula fará com que o educando se sinta pertencente àquele meio, o que acredito pode implicar, significativamente, no seu desempenho quanto ao assunto.

3 | DISCUSSÃO DAS LEIS

Apesar do Brasil ser um país com uma enorme miscigenação, onde as diferenças raciais existentes são perceptíveis e hoje lutamos para que as grandes contribuições dos africanos para a formação do país sejam melhor apresentadas, foi sancionada apenas em 2003 a primeira Lei que garantia que o ensino da história e cultura africana e indígena fosse obrigatório dentro das instituições de ensino, tanto público quanto privadas. Berutti (2019) ressalta que a resolução da Lei foi considerada uma grande conquista, principalmente pelos movimentos sociais negros, pois haviam grupos que lutavam há anos pela inserção desse tema nas escolas, pois a mesma reforça a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, ou seja, a referida lei é um produto da união de forças da sociedade com a militância negra do país.

A Lei supracitada foi posta em vigor para que a história e a cultura afro-brasileira tivessem visibilidade, reconhecimento e valorização por parte da sociedade atual, pois, de acordo com Souza (2018, pg. 01) “a sociedade brasileira se apropria e reconhece o valor da história e da cultura africana, trazida pelos escravizados para o Brasil e mantida pelos seus descendentes ao longo dos tempos”.

A Lei nº 10.639/03 altera a Lei nº 9.394/96 que institui a LDB e inclui nesta, os artigos 26-A e 79-B, que referem-se à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. A Lei, no ano de 2021 completa 13 anos, mas ainda continua longe de ser implementada de forma significativa. Após a aprovação da mesma, o ensino de história e cultura africana e indígena teriam como objetivo ressignificar e valorizar a cultura de matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira e educar a população para as relações étnico-raciais. Para Souza (2018, pg. 01)

essas relações dizem respeito à reeducação dos diferentes grupos étnicos e dependem de ações que priorizem trabalhos conjuntos, articulações entre processos educativos escolares, políticas públicas e movimentos sociais.

Sendo assim, tais ações focalizam o professor como figura de maior importância nesse processo de luta contra a discriminação racial no país.

Em paralelo à instauração da Lei nº 10.639/03, o Governo Federal fundou em março de 2003 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, as quais têm o objetivo de estimular mudanças positivas na vivência da população negra e trilhar caminhos para uma sociedade igualitária e democrática. Souza (2018, pg. 01) ressalta que “as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola; exigem esforços

da sociedade como um todo”, desta forma essas relações devem gerar oportunidades para que se haja uma troca de conhecimentos a fim de que se construa uma sociedade justa e equilibrada para todo os diferentes grupos étnicos.

Apesar da promulgação da Lei nº 10.639/03 e da criação dos órgãos citados anteriormente, a legislação não foi, totalmente, posta em prática devido à não constituição de uma política pública voltada para a área educacional em que fosse possível implementar tais temas, um dos principais motivos para esse retardo na sua execução se deu por conta do déficit de materiais didáticos voltados para a área em questão e pela falta de recursos específicos para a formação de profissionais para atuarem na área.

Anos depois a Lei nº 10.639/03 foi alterada pela Lei 11.645/08, que amplia o leque de conteúdos que seriam abordados, ambas as leis transformam o assunto em uma política de Estado, mas essas ações ainda não tomaram o alcance que necessitam, mostrando-se, ainda, no seu processo inicial. Berutti (2019 pg. 01) afirma que

O ensino do tema ainda depende de iniciativas pontuais, projetos, campanhas e atividades propostas por grupos organizados em defesa da cultura afro-brasileira e, ainda assim, ficam aquém das mudanças necessárias. (BERUTTI, 2019, pg 01)

A autora ressalta ainda que se a educação brasileira não fosse tão eurocêntrica¹, leis como essa não seriam necessária, pois as nossas raízes africanas já estariam inclusas nos currículo desde os primórdios.

Para Souza (2018, pg. 01) compreender a estrutura da LDB em relação ao Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena é indispensável para que se inclua a temática em sala de aula, pois, de acordo com o autor, só assim se pode traçar um novo caminho a ser seguido, para que a imagem negativa criada acerca dos povos africanos seja reconstruída e liberta de ideologias e mentalidades discriminatórias que ainda são permanentes na sociedade atual.

Com essa legislação em vigor, o ensino da história e cultura afro-brasileira deveria tomar novos rumos, uma vez que, de acordo com a mesma, os docentes devem ressaltá-la como parte integrante da sociedade brasileira e, assim, valorizar ideias e pensamentos de intelectuais e artistas negros, bem como a própria cultura e religiões de matrizes africanas. Foi, também, a partir dessa Lei que se instituiu o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares), dia que é marcado pela luta contra o racismo no Brasil e que se volta toda a escola para a realização de projetos interdisciplinares acerca da história e cultura africana e indígena.

4 | RELATOS

A escola escolhida para análise foi a Escola Dr. Ulisses Guimarães, da rede municipal de ensino, localizada no Parque das Acácias, bairro periférico da cidade de

1 Eurocentrismo: Modo de julgar o mundo a partir de um ponto de vista europeu.

Gurupi, Tocantins. Atualmente a Unidade Escolar abrange desde a pré-escola até o 7º ano do ensino fundamental e tem, em média 602 estudantes divididos entre os turnos Matutino e Vespertino.

Para que o levantamento de informações fosse realizado, contei com a colaborção do diretor da unidade, o professor José Filho, que se prontificou em me atender e responder as questões levantadas. A entrevista foi efetuada via WhatsApp devido o momento pandêmico a qual estamos passando.

De acordo com o relato do diretor, o tema Arte e Cultura Afro-Brasileira é trabalhado na escola ao decorrer de, praticamente, todo o ano letivo. As atividades voltadas para a temática se iniciam no primeiro bimestre e se encerram no dia 20 de novembro, quando se é celebrado o Dia da Consciência Negra.

O projeto “Homens Conscientes: Educação sem cor” está inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola como uma proposta fixa, o mesmo abrange todas as turmas, desde a pré-escola ao 7º ano, e propõe-se a englobar todas as matérias ministradas em sala de aula. Segundo José Filho, a intenção do projeto é justamente envolver todos os membros e corpo docente da Unidade para que se haja uma interação entre os professores, servidores, discentes e a comunidade.



Imagem 01: Homens Conscientes: Educação sem cor.

Fonte: Arquivo da Escola (2019)

Ao ser questionado em relação aos temas escolhidos por cada professor para ministrar em suas aulas, o diretor ressaltou que cada matéria tem um objeto de estudo a ser explorado: “Os professores tem total liberdade para abordar, dentro da temática, os conteúdos que competem as suas disciplinas” (FILHO, 2020). Tal afirmação se confirma a partir dos registros de imagens feitos pelos próprios professores durante as culminâncias

dos anos de 2013, 2015, 2016, 2017 e 2019.



Imagem 02: Influência das Línguas Africanas na Língua Portuguesa.

Fonte: Arquivo da Escola (2017)

Na imagem acima, percebemos que a professora de língua portuguesa trabalhou com as crianças algumas das palavras que usamos no nosso cotidiano, palavras essas que têm influências linguísticas trazidas pelos negros. E, logo em seguida, um mural feito pelos educandos, contando a história de vida de ícones negros, figuras públicas que têm ou tiveram grande importância no cenário político, cultural, esportivo, etc.



Imagem 03: Ícones da cultura Afro-brasileira.

Fonte: Arquivo da Escola (2016)

No decorrer de toda a pesquisa feita acerca desse projeto, pude perceber que, de fato, há um grande envolvimento e comprometimento dos professores em realizá-lo. Cada qual na sua área, eles vão criando, junto com os educandos, artigos para exposição artística, apresentações culturais, murais com informações históricas. “Todos os professores se empenham na realização desse projeto, não somente eles, mas os alunos também gostam bastante” (FILHO, 2020) ressalta o diretor José Filho.



Imagem 04: Apresentação artística de dança típica.

Fonte: Arquivo da Escola (2013)

As danças e a capoeira eram de responsabilidade do docente que ministrava a matéria de educação física. Muitas vezes as turmas ficavam divididas entre meninos e meninas, as meninas tinham como preferencia a dança, enquanto os meninos optavam pela capoeira. Essa divisão não era uma regra, mas a mesma ocorria devia à liberdade de escolha de cada educando. O município de Gurupi conta com uma quantidade significativa de grupos de capoeira, no dia culminância do projeto o diretor convida alguns desses grupos para estarem se apresentando e para que as pessoas envolvidas no projeto possam ter um contato maior com o esporte.



Imagem 05: Apresentação de Capoeira.

Fonte: Arquivo da Escola (2016)

Os instrumentos musicais eram confeccionados utilizando materiais recicláveis e de fácil acesso. Eram utilizados materiais como garrafas pet, pedras, fitas, barbantes, madeiras, potes de condimentos vazios, etc, os instrumentos eram confeccionados pelos discentes com o auxílio do professor em sala de aula.



Imagem 06: Instrumentos musicais confeccionados pelas crianças.

Fonte: Arquivo da Escola (2016)

A imagem a seguir pode parecer ingênua, mas, ao analisá-la um pouco mais, percebe-se que há uma grande problemática envolvida. O ato da criança branca pintar o rosto da criança negra traz a tona a ideologia do branqueamento, onde, tudo o que se relacionava aos negros e à sua cultura, era considerado sujo e impuro. Os simpatizantes dessa ideologia acreditavam que o branqueamento seria o recurso mais “eficaz” para a “controlar” o excesso de negros no país.



Imagem 07: Apresentação Infantil.

Fonte: Arquivo da Escola (2016)



Imagem 08: Máscaras Africanas.

Fonte: Arquivo da Escola (2019)

Esse empenho e participação pode ser compreendida a partir da Imagem 09, onde tem-se uma noção do envolvimento, não só dos professores e educandos, como também dos demais servidores e da comunidade. Alguns dos pratos apresentados pelas crianças foram produzidos na própria cantina da escola, com a ajuda das merendeiras e dos seus responsáveis.



Imagem 09: Crianças da Pré-alfabetização apresentando pratos típicos afro-brasileiros.

Fonte: Arquivo da Escola (2013)



Imagem 10: Pratos típicos afro-brasileiros.

Fonte: Arquivo da Escola (2013)

Mas, apesar da grande abrangência que o projeto tem, pouco se fala sobre as religiões de matrizes africanas. O diretor afirma que o tema é abordado durante as aulas de Ensino Religioso², indaguei sobre a aceitação por parte dos pais dos alunos visto que, a grande maioria das famílias, tanto do setor como dos arredores de onde a escola está localizada, serem cristãs. Diante de tal questionamento ele ressalta que não há resistência por parte dos familiares, uma vez que, os educadores não aprofundam no assunto, faz-se apenas um apanhado de informações a respeito das manifestações religiosas que tem

2 Segundo a LDB “O **ensino religioso**, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de **ensino** fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural **religiosa** do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.” Fica claro que é importante respeitar a diversidade cultural e religiosa no Brasil e que não se deve entender esta como uma forma de catequização desta ou daquela religião.

como matriz as religiões africanas.



Imagem 11: Discente vestida de Baiana.

Fonte: Arquivo da Escola (2019)

Um outro problema que pude perceber foi o despreparo por parte de alguns docentes. Na culminância que aconteceu no ano de 2017, uma das professoras praticou o tão problemático ‘blackface’³. De acordo com o site da BBC (2019, pg. 01), a prática se deu início por volta de 1830, nos teatros e shows de Nova York, durante as apresentações “atores brancos usavam tinta para pintar os rostos de preto em espetáculos humorísticos, se comportando de forma exagerada para ilustrar comportamentos que os brancos associavam aos negros” (BBC, 2019, pg. 01).



Imagem 12: Professora fazendo ‘blackface’.

Fonte: Arquivo da Escola (2017)

3 Blackface: Prática onde uma pessoa de pele clara se pinta para representar personagens de descendência africana.

O motivo da prática ser tão polêmica e ofensiva, é o fato da mesma semear características negativas relacionadas aos negros e ter cunho extremamente racista. A professora em questão estava “fantasiada” da personagem “Nega Maluca”, que é uma representação totalmente estereotipada da mulher negra, descabelada, de grandes lábios vermelhos e sempre sorridente.

Acredito que a educadora não agiu por maldade e sim por ignorância. Esse constrangimento poderia ter sido evitado se houvesse um estudo e um maior preparo por parte do corpo docente em relação a todos os pontos referentes às questões culturais e raciais.

5 | CONCLUSÃO

Com base nos estudos levantados e na análise feita acerca do Projeto: Homens Conscientes: Educação sem cor, percebemos que, ainda há inúmeras barreiras a serem ultrapassadas para que a Lei nº 11.645/2008 seja posta em prática por completo. Para ultrapassarmos essas barreiras precisamos reconhecer e valorizar a diversidade cultural existente no território nacional, bem como respeitar as diferenças raciais e sociais que formam o nosso país.

Após 13 anos da promulgação da Lei que altera a LDB, notamos, ainda, o despreparo e receio por parte dos docentes em relação a questões religiosas e até mesmo raciais, como podemos reparar no caso do ‘blackface’. Isso acontece em decorrência de uma formação acadêmica mais antiga, de antes da implementação da Lei nas redes de ensino, onde o assunto não era trabalhado dentro das faculdades de licenciatura, assim, os docentes não tinham contato com temática e, em consequência, não tinham embasamento para trabalhá-la em sala de aula.

Muitos mitos, prejulgamentos e intolerância precisam ser rompidos para que os valores e princípios sociais sejam respeitados e para que se haja um verdadeiro, e completo, ensino da História e Cultura Africana e Indígena dentro das escolas brasileiras.

A escola é vista como um espaço de aprendizagem e compartilhamento, ela tem um papel fundamental na formação de opinião dos educandos e, trabalhar essa temática dentro da sala de aula, contribui para a construção de um olhar mais amplo, humanizado e liberto das ideologias e mentalidades discriminatórias que assolam a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BBC News. **O que é ‘blackface’ e por que é considerado tão ofensivo?** 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49769321> > Acesso em: 1º/02/2021.

BERUTTI, Ana Karenina. **Lei sobre ensino de história afro-brasileira ainda enfrenta obstáculos.** 2019. Disponível em: < <https://maiseducacao.uai.com.br/2019/09/09/lei-sobre-ensino-de-historia-afro-brasileira-ainda-enfrenta-obstaculos/> > Acesso em: 18/11/2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.136, de 2013. Lei Nº 12.288, de 20 de Julho de 2010.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em: 30/11/2020.

FILHO, José. **Entrevista sobre Práticas de ensino de cultura e história afro-brasileira e africana. Entrevista concedida a Ana Beatriz Barreira Leite.** 2020.

IBGE. Agência de notícias. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>> Acesso em: 13/01/2021.

LIMA, Miguel. **A Trajetória do Negro no Brasil e a Importância da Cultura Afro.** 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_nonografia.pdf> Acesso em: 23/11/2020.

SOUZA, José Clécio da Silva. **História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades no contexto escolar.** 2018. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/22/historia-da-frica-e-cultura-afro-brasileira-desafios-e-possibilidades-no-contexto-escolar>> Ac

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academia Imperial de Belas Artes 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11

Análise acústica 12

Anos iniciais 214, 216, 219

Aprendizagem de docência 231, 238

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 23, 24, 29, 30, 31, 34, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 100, 101, 104, 121, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 143, 154, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 199, 207, 208, 210, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 234, 243

Arte participativa 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 92

C

Calendário do som 70, 71, 77, 79, 80

Campos mórficos 81, 99

Contextos de aprendizagem da música 151

Criatividade 37, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 86, 130, 132, 133, 165, 172, 182, 198, 211, 215

Cultura 27, 34, 61, 63, 66, 68, 69, 80, 86, 88, 89, 101, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 183, 190, 202, 204, 218, 225, 226, 229, 233, 237, 243

Cultura afro-brasileira 116, 118, 119, 120, 121, 129

Currículo 1, 118, 119, 120, 154, 155, 156, 178, 179, 180, 181, 183, 187, 188, 193, 219, 220

D

Design de moda 36, 37, 46, 47

Dimensões da musicalidade 207, 208, 210, 211, 212, 216, 217, 218

Diversidade cultural 116, 117, 118, 119, 126, 128, 221, 225, 229

E

Educação das relações étnico-raciais 139, 140, 143, 149

Educação musical 48, 49, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 179, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 240, 241, 242

Ensino-aprendizagem 53, 82, 99, 130, 131, 135, 166, 176, 234, 236, 240

Ensino artístico 1, 2, 10, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 162

Ensino coletivo de violino 197, 198
Ensino de artes visuais 165, 166, 176, 177
Ensino de música 68, 69, 152, 158, 160, 163, 181, 183, 189, 190, 192, 197, 198, 206, 208, 210, 219, 222, 224, 226, 229, 237
Ensino de regência 178, 179, 187
Ensino do desenho 2, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 113, 114
Ensino formal e não-formal 231
Ensino genérico da música 151
Ensino não formal 102, 110
Equilíbrio sonoro 12, 16, 17, 21
Escola 2, 3, 5, 6, 10, 11, 14, 21, 24, 25, 52, 54, 55, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 92, 100, 110, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 143, 147, 148, 154, 155, 157, 158, 159, 163, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 232, 234, 236
Escola rural 197, 199, 200
Estágio 38, 53, 191, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242

F

Festival de música contemporânea brasileira 70, 80
Flauta transversal 12
Formação e atuação em educação musical 48
Formação musical 48, 49, 56, 157, 159, 182, 189, 199, 224
Frevo 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79

G

Gestão por processo 36, 38, 39, 42, 45

H

Hélio Oiticica 29, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 101
Hermeto Pascoal 70, 71, 72, 74, 79, 80
História africana 116
História da arte 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 29, 85, 86, 165, 166, 167, 168

I

Identidade 42, 59, 60, 61, 65, 66, 68, 69, 95, 106, 112, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 193
Inclusão 29, 130, 144, 155, 190, 192, 196
Integração 37, 56, 57, 81, 85, 86, 92, 98, 105, 112, 130, 132, 153, 156, 159, 182, 190, 234,

Intergeracionalidade 59, 60, 61, 63, 67

L

Licenciatura em música 130, 131, 135, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 198, 206, 231, 232, 233, 234, 235, 239

Lygia Clark 81, 82, 85, 94, 97, 98, 100, 101

M

Memórias afetivas 81, 92, 93, 94

Metodologia 4, 9, 24, 31, 37, 41, 43, 45, 47, 50, 82, 87, 100, 105, 130, 131, 135, 137, 138, 143, 179, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 199, 201, 202, 231, 233, 240

Metodologias experimentais 23

Música 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 35, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 79, 80, 92, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242

Música mista 12, 14

Musicologia 70

N

Negros 30, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 141

P

Paul Ricœur 70, 71

Pedagogia das encruzilhadas 23, 24, 26, 35

Prática docente 49, 102, 103, 105, 107

Prática pedagógica 29, 110, 116, 192, 227

Prática profissional 48, 55

Produção do conhecimento 36, 41, 42

Projeto de extensão universitária 48

Projeto social 189, 192, 195, 231, 233, 240

T

Terceira idade 63, 165, 166, 176, 177

Transtextualidade 70

V

Voluntariado 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67

W

Walter Benjamin 23, 26, 29, 34, 35

ARTE E CULTURA:



Produção, Difusão e Reapropriação

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ARTE E CULTURA:

Produção, Difusão e Reapropriação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021